

Repressão e sexualidade: aspectos psicossociais da ascensão nazista

Fellipe Souza Sena*

Resumo

Este trabalho busca evidenciar as limitações da visão clássica das Relações Internacionais e da interpretação materialista dialética acerca da ascensão nazista. Por meio da articulação dos conceitos da psicanálise freudiana, dos estudos de Foucault, Reich e outros intelectuais, evidencia-se como a institucionalização histórica da repressão sexual, por meio de uma estrutura tríplice composta pela Igreja, Estado e família, instaurou as bases psíquicas necessárias à coesão que permitiu a ascensão do projeto autoritário e eugenista de Hitler. Analisa-se, por meio da contradição entre pulsão e moral, como a esfera subjetiva é um fator cuja importância tem a mesma magnitude de aspectos político-econômicos para a interpretação do movimento, assim como suas incoerências e a perseguição sistemática, pelo crivo da sexualidade, de todos os indivíduos considerados desviantes do padrão ariano pretendido como Ideal.

Palavras-chaves: Nazismo, Repressão, Sexualidade, Pulsão, Biopoder.

Abstract

This paper intends to highlight the limitations of the classical view of International Relations and the dialectical materialist's interpretation of Nazi ascension. Through the articulation of the concepts of Freudian psychoanalysis, the studies of Foucault, Reich and other intellectuals in the field, it exposes how the historical institutionalization of sexual repression, through a triple structure composed of church, State and family, established the necessary psychic foundations for the cohesion that allowed the rise of Hitler's authoritarian and eugenic project. It is analyzed, through the contradiction between drive and morality, how the subjective sphere is a factor whose importance has the same magnitude of political and economic aspects for the interpretation of the movement, as well as its inconsistencies and systematic persecution, through sexuality, of all individuals considered deviant from the intended Aryan standard. Keywords:

Keywords: Nazism, Repression, Sexuality, Drive, Biopower.

*Bacharelado em Ciências e Humanidades na UFABC - contato: fellipe.sena8@gmail.com

Introdução

O nazismo foi um dos fenômenos de maior impacto na história europeia contemporânea; um abrangente movimento de dimensões sociais, econômicas e políticas, cujas causas, desdobramentos e interpretações ainda não foram suficientemente esgotados pelos debates e reflexões acadêmicas. Há, em particular, um aspecto negligenciado, uma esfera analítica que não ganhou o merecido espaço, e que talvez seja um dos âmbitos mais necessários à compreensão das bases da ascensão do projeto nacional-socialista e da adesão profundamente contraditória por parte de amplas camadas da população – desde o campesinato aos grupos de intelectuais e classes abastadas. Tal âmbito, até então considerado menor ou apenas secundário, leva em consideração a enorme importância do aspecto psíquico da população alemã do início do século XX.

A pesquisa de temas que envolvem a dimensão das pulsões, da psique e da mente constitui um campo de estudos pioneiro, que não se vê conformado somente com explicações estruturadas sobre um suposto racionalismo pleno dos indivíduos e à máxima da busca consciente pelo retorno que resulte de ações meticulosamente calculadas e deliberadas. O mito do homem racional munido de uma cosmovisão correspondente foi há muito contestado, embora ainda haja aqueles que se mantêm fiéis a ele. De modo contrário a estes últimos, novas escolas da filosofia, da psicologia, das ciências sociais e mesmo da economia têm progressivamente dedicado esforços para compreender, mais do que os fenômenos em si, o estado mental subjetivo que o faculta e estabiliza; isto é, as esferas da interioridade às quais correspondem suas manifestações externas – pois é a partir de seu reforço recíproco que a ideologia encontrará os meios para sua integração completa.

Dito isto, este artigo encontra-se estruturado em três seções, cuja primeira é responsável por elencar as bases da interpretação clássica do campo de Relações Internacionais e da teoria marxista para o fenômeno nazista. Em seguida, analisar-se-á o desenvolvimento histórico da repressão sexual no Ocidente, como forma de orquestramento dos corpos que forneceu bases institucionais a um modelo mental profundamente utilizado pelo nazismo. Por último, buscaremos elucidar como elementos da teoria freudiana e dos estudos de Reich permitem aprofundar a análise sobre as bases psíquicas do projeto nazista, assim como estas desembocaram em uma perseguição sistêmica que antecedeu o genocídio judeu. Trata-se de encontrar justificativas, que aparentemente fogem à razão, para entender a contradição: Por que o homem, que se declarava no topo de uma nova hierarquia racial, aquele mais evoluído e elucidado na sua percepção de mundo, foi na verdade o que manifestou os atos mais animalescos e bárbaros?

Para além da visão clássica das Relações Internacionais e do materialismo dialético

Para compreender o processo histórico do fenômeno nazista, é necessário fazer uma breve reconstrução dos antecedentes da Primeira Guerra e analisar os efeitos do conflito sobre o Estado alemão. Ao fim do século XIX, o sistema internacional formado por Estados soberanos esvaziava-se; todos os territórios já haviam sido descobertos, explorados, anexados e clamados sob uma bandeira, fosse ela expressão legítima ou não dos anseios políticos de um povo, de modo que as decisões político-

econômicas e militares tornavam-se deveras mais delicadas e co-determinadas. Se nos tempos das grandes navegações e missões exploratórias havia a possibilidade de se desbravar o Novo Mundo sem que isso automaticamente incorresse no conflito de interesses direto entre nações, esta premissa se torna ultrapassada e inadequada para descrever o mundo do início do século XX. Some-se ainda a forte competição capitalista das sociedades industriais europeias e a união do capital produtivo ao bancário, que deu origem à fase imperialista do capital em fins do XIX, segundo o discurso marxista. Deste modo, com a intensificação da busca e exploração de mercados extraterritoriais, tem-se um cenário no qual qualquer ameaça à soberania econômica das maiores potências, expressamente Grã-Bretanha e França, não seria vista sem reação.

Segundo a descrição de Joseph Nye, para as grandes alterações no campo internacional, é possível estabelecer três níveis centrais de análise: explicações em nível sistêmico, tanto no campo estrutural quanto de processo; seguidas de um nível societário e, por último, da dimensão individual.

Em nível estrutural, o prelúdio do primeiro conflito mundial foi marcado pelo forte avanço da indústria alemã em um mercado polarizado pelo domínio anglo-saxão. Para se estabelecer um termo de comparação, Nye exhibe que enquanto os ingleses detinham 25 % da produção industrial global por volta da década de 1860, a relação caíra para 10 % em 1913, enquanto a participação alemã subira para 15 %. Além disso, o produto interno bruto alemão era o dobro do inglês, e parte desse avanço industrial foi transformado em programas militares de fomento à produção de equipamento bélico. O temor inglês foi traduzido na segunda causa estrutural do processo, uma maior inflexibilidade e rigidez nas alianças continentais, uma vez que houve forte aproximação com os franceses que, por sua vez, criaram laços com a Rússia nas parcerias militares. Vendo-se cercados, os alemães criaram laços com a Áustria-Hungria. As relações variáveis do século anterior, portanto, deram lugar a uma rigidez que dificultou os caminhos da solução diplomática e aproximou o continente de uma nova configuração na distribuição continental do poder. Nas palavras de Nye:

À medida que as alianças se tornavam mais rígidas, a flexibilidade diplomática se perdia. O equilíbrio de poder não era mais caracterizado pelos alinhamentos variáveis que distinguiram o equilíbrio de poder durante a época de Bismarck. Ao contrário, as principais potências se fecharam ao redor de dois pólos (NYE, 2009, p. 89).

Em nível societário, cabem primeiro os movimentos nacionalistas. Fortes movimentos, como o pan-eslavismo, que ameaçavam os impérios multinacionais austro-húngaro e turco-otomano nos Bálcãs, e o ódio nacionalista alemão contra os eslavos, que serviram como elos de coligação dos diferentes grupos do extrato social mais eficientes do que o socialismo para as classes trabalhadoras ou o capitalismo para os banqueiros, e um questionamento interno sobre o porquê, em quaisquer conflitos, “a minha nação é obrigada a perder/ceder diante da outra?”. Este pensamento estava sinergicamente ligado ao surgimento do darwinismo social nos discursos acadêmicos e políticos, sob a prerrogativa de que os mais fortes e aptos, segundo a lei natural, são aqueles destinados a se sobrepor e dominar os demais, a partir do quê, portanto, questiona-se a importância de se ater à manutenção da paz. A combinação de ambos os fatores, o nacionalismo e a nova visão das relações sociais sob um prisma biológico, permitiram a coesão interna e um sentimento de legitimidade na determinação na-

cional diante dos demais povos, agora naturalmente inferiores e, logo, destinados à submissão.

Por último, em nível individual, Nye destaca a falta de maleabilidade e habilidade de barganha dos políticos da época. Em comparação à maestria dos tempos de Bismarck, as lideranças alemãs empregavam uma política vaga, confusa, e que imposta de uma maneira conflitiva, muito mais atenta ao emprego do *hard* que do *soft power*, e que antagonizava com os demais países, implodindo as bases de uma diplomacia capaz de harmonizar os interesses. O assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, desta forma, representava apenas o estopim de alterações multiescalares que se conjugavam e caminhavam gradualmente a um conflito de grandes proporções. Mas o que se pretende aqui com esta breve elucidação é mostrar como podemos fazer o esforço de empregar uma análise semelhante, de um campo externo e estrutural, à conjuntura que pressionou o Estado alemão e o tornou suscetível ao florescimento das ideias nazistas, demonstrando com isso as limitações da perspectiva clássica do campo das relações internacionais.

Quanto ao nível estrutural, a assinatura do Tratado de Versalhes em 1919 no lugar dos chamados 14 pontos de Wilson representou um marco que, consensualmente, é considerado pelos principais estudiosos da área um dos principais catalisadores da segunda fase do conflito. Enquanto o modelo do presidente estadunidense propunha uma série de medidas que tratavam da reintegração alemã ao sistema europeu, como fora feito com a França após a queda de Napoleão e a celebração do Congresso de Viena em 1815, Versalhes impunha aos alemães uma condição de quase perpétua subalternização continental e desenvolvimento marginal. A devolução dos territórios de Alsácia e Lorena à França, cujos minérios seriam absorvidos pela expansão industrial, representou uma perda de 65 mil quilômetros quadrados do território. Além das mortes de 7 milhões de homens durante a guerra, o governo alemão foi forçado a reduzir seu exército a uma mísera força militar de 100 mil homens e foi proibido de constituir força aérea. Por último, a famosa “cláusula de culpa pela guerra”, imposta pelos vencedores, culpabiliza integralmente os alemães pela destruição proveniente do conflito, através da cobrança de uma multa de aproximadamente 33 bilhões de dólares, uma soma consideravelmente alta à época, especialmente se considerarmos as debilidades econômicas após os impactos sofridos na estrutura produtiva alemã.

As medidas foram propositalmente empregadas com o objetivo de esvaziar as forças econômicas e militares do Estado alemão, e impedir que voltasse a representar ameaça. Mesmo que se tente argumentar uma tentativa de reintegração com o Tratado de Locarno de 1925, que permitiu a entrada dos alemães na Liga das Nações, a não revogação das medidas estipuladas em Versalhes e a desconfiança da França, que tentara estabelecer alianças preventivas com a Polônia, Tchecoslováquia e países menores, demonstram a iniquidade ainda presente nas relações.

Em referência ao nível societário, pode-se notar a intensificação do movimento nacionalista e de concepções que derivaram da utilização social dos escritos de Darwin. O nazismo deu uma roupagem particular à teoria da evolução, baseando-a aqui em concepções profundamente raciais e eugenistas, a partir das quais delegava-se uma hierarquia racial, comanda pela superioridade ariana, e com a necessária eliminação daquelas que se colocavam como um contraponto ao avanço da espécie (judeus, negros e, à exceção da condição racial, porém igualmente perseguidos, homossexuais). Além disso, a crise econômica de 1929, que desestruturou a economia mundial, teve

especial impacto na sociedade alemã. Uma situação que já parecia alarmante nos EUA, com níveis de desemprego que giravam em torno de 20 % superaram os 40 % no país germânico, e a hiperinflação chegou ao ponto de desvalorizar completamente a moeda e os maços de dinheiro serem deixados para as crianças como brinquedos de empilhar.

Chegando ao último nível, não é possível reduzir o papel exercido por Hitler e sua capacidade de articulação política na construção do novo projeto de nação. Se, nos anos que antecederam 1914, foi a falta de políticos arrojados que ajudou a culminar na guerra, aqui foi justamente a sua presença que também o fez, uma vez que, convicto da superioridade ariana, Hitler foi capaz, por meio da sua eloquência e dos desígnios do darwinismo social, de angariar as energias alemãs rumo à expansão territorial e a um conflito que fez ser aceito como legítimo na busca pela posição germânica internacional de direito. Embora durante muito tempo tenha-se acreditado na teoria do “efeito manada”, segundo a qual em determinados momentos e sob certos estímulos, as massas experimentam um processo de contágio e começam a agir de forma homogênea, como um todo que se move e age em congruência, me parece mais propício e verossímil utilizar a proposta sugerida por Freud a respeito do movimento de horda. Embora o contágio aconteça, a massa não atua de maneira aleatória ou randômica, mas é articulada pela figura de um líder, capaz de orquestrar as prioridades e definir os princípios seguidos por ela a partir de um processo de identificação. Hitler, portanto, foi hábil articulador de um arcabouço sociocultural, político e de frustrações econômicas coletivamente assumidas e identificadas, que foi capaz de direcionar segundo seus desígnios.

Por outro lado, segundo o argumento marxista, momentos de crise se apresentam justamente como aqueles mais propícios ao esgotamento do sistema capitalista e à revolução, comandada pelas forças produtivas que representam a base do corpo social, rumo à superação do sistema de opressão que produz e reforça a divisão assimétrica de classes. Assim, economicamente empobrecidas, as massas desenvolveriam consciência da sustentação que seu labor proporciona a toda a estrutura social, e indignar-se-iam com a situação de opressão e privação à qual estão submetidas. O processo alemão, curiosamente, apresenta o movimento inverso, e alavancou um movimento generalizado de extrema direita, uma clivagem entre a base material e a ideologia política que rompe com o imperativo racional, e através da qual, em vez de melhorar sua condição social, as massas a agravam (REICH, 1972, p. 31).

Fato é que é característico do marxismo tratar a existência social como um todo, no qual há uma relação mecânica de condicionamento direto do pensamento / ideologia à base material, uma superestrutura hermeticamente entrelaçada e dependente da estrutura. Desse modo, foge ao cálculo marxista, essencialmente materialista, o entendimento das tensões e contradições entre ambas as dimensões, não necessariamente correlatas — como o caso alemão exemplifica —, e a ideologia deixa de ser vista como uma força histórica, ou seja, como uma vida psíquica subjetiva que exerce profundas influências na atuação sociopolítica. Talvez por isso, tenha se surpreendido quando, nas eleições de 1932, os partidos de esquerda alemães angariaram apenas 25 milhões de votos, enquanto os nacionalistas e conservadores atingiram a marca de 39 milhões. Somente o Partido Nacional-Socialista, saltou de 800 mil votos em 1928 para 17 milhões em 1933 (REICH, 1988, p. 34). Da mesma forma, a interpretação teórica das RI tradicionalmente aceita restringe-se a considerações do campo geopolítico e econômico, negligenciando as forças subjetivas do comportamento social.

Embora seja inegável que uma condição econômica de miséria, fome e total falta de expectativa para o futuro, ainda mais ligada às humilhações de Versalhes, tenha influenciado fortemente a mentalidade das massas alemãs, sua função não foi de expoente, mas de catalisadora de predisposições psíquicas que, na convergência dos fatores conjunturais, permitiram a gênese de um imperativo social calcado na superioridade da raça, eugenia, controle comportamental e das pulsões primárias e determinação dos “inimigos”, internos e externos, e barreiras a serem superadas para que se retomasse os rumos da prosperidade, soberania e orgulho nacional, culminando em processos de perseguição e genocídio sistemático popularmente apoiados. Isto porque, segundo afirma Carone, “as massas receberam os estímulos porque tinham necessidade psicológica de encontrar bodes expiatórios para descarregar a ira e a frustração diante das misérias de suas vidas, não importando a verdade ou a falsidade de se atribuir a inteira responsabilidade pelo status quo social” (CARONE, 2012, p. 15).

Segundo Adorno, é de um reducionismo perigoso dar-se por satisfeito com explicações puramente político-econômicas do fenômeno, pois estas não suprem os esclarecimentos necessários para compreender como o “embrutecimento do homem” anexou mesmo as classes mais esclarecidas, de intelectuais, médicos e engenheiros, na alavancagem do projeto alemão¹. Assim, a ideologia e a carga subjetiva adquirem um novo teor qualitativo na força histórica da condução social, fazendo-se necessário o estudo epistemológico das bases de sua formação, aqui enxergado pelas vias da repressão sexual, um dos pontos marcantes para a estabilidade da estrutura nazista. A história da humanidade, afirma Freud, é a história de sua repressão e, portanto, para um entendimento amplo da questão, é preciso buscar as formas pelas quais a repressão, e seus dispositivos, foram historicamente desenvolvidos e operaram no território alemão, pois exerceram uma função psicológica na economia psíquica do povo, sustentando uma forma de personalidade coletiva relativamente permanente, que permitiu tão larga adesão ao seu *modus operandi*.

A institucionalização da repressão

Estudar os movimentos repressivos demanda um corte espaço-temporal arbitrário, que tem por função fugir de uma indução que se pretenda universalizante, pois as vicissitudes e o amálgama de fenômenos inerentes às diferentes civilizações não podem, e nem devem, ser explicados por uma via única. Para os fins deste estudo, pretende-se dar enfoque às vias da institucionalização da repressão sexual no Ocidente que surtiram forte influência nas bases psíquicas da Alemanha nazista; pois, conforme discutir-se-á posteriormente, a sexualidade é um elemento central na formação do reacionarismo, representando um forte campo de disputa biopolítica ao longo das eras moderna e contemporânea. Por vezes, a repressão se deu de maneira isolada, mas há casos singulares em que edificou verdadeiros projetos de poder, moldados pelas conjunturas da época, que permitiram forte inflexão nos rumos do desenvolvimento social, com consequências tanto na estrutura organizacional das populações, quanto na formulação do seu *habitus*, comportamentos e mentalidades.

Dentre os casos de maior significado para este estudo, começamos pelo papel central exercido pela Igreja Católica a partir de meados do século XVI. Estabelecidas as famosas 95 teses de Lutero em 1517, dava-se o primeiro passo rumo a um fervilhamento político que colocaria em xeque a até então inabalável soberania da Igreja.

¹ 2 Para mais detalhes, ler Educação Após Auschwitz, de Theodor Adorno

Através de suas severas críticas à venda de indulgências, estabelecia os primórdios do movimento reformista protestante, que direcionava suas forças a um dos pilares da concentração de poder econômico cristã. Conforme o movimento se difundia pelo Sacro Império Romano Germânico, membros da nobreza começaram a utilizar suas ideias como prerrogativa para expropriar da Igreja terras que haviam concedido como forma de garantir sua passagem para o paraíso. Diante disto, por volta de 1545, iniciou-se o processo de Contrarreforma, através do qual medidas severas foram empreendidas na tentativa tanto de manter o poder da Igreja e estabelecer maiores vínculos de dependência por parte dos fiéis, quanto de conter o avanço protestante. Com este objetivo, coube a criação da Santa Inquisição, da Companhia de Jesus e do Concílio de Trento, com o estabelecimento das políticas de confissão. Até então, as confissões restringiam-se quase somente às classes altas, público mais cativo dos templos; mas a necessidade de criação de vínculos mais fortes entre os fiéis tornou a prática da confissão um expediente gradualmente estimulado — em meio ao qual a exposição dos pecados e desvios impregnava os indivíduos de culpa e arrependimento. Neste período, conforme relata Foucault:

A extensão da confissão e da confissão da carne não para de crescer. Pois a Contra Reforma se dedica, em todos os países católicos, a acelerar o ritmo da confissão anual. Porque tenta impor regras meticulosas de exame de si mesmo. Mas, sobretudo, porque atribui cada vez mais importância, na penitência [...] a todas as insinuações da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, e em detalhe, no jogo da confissão e da direção espiritual (FOUCAULT, 1999, p. 22).

Assim, projetou-se sobre a população como um todo uma ideia de elevação espiritual muito mais rígida, relacionada a um ascetismo estrutural dos escritos canônicos, que relacionava todo e qualquer prazer, mesmo o pensamento e o desejo, à corrupção da carne e, portanto, ao flagelo do espírito. Incumbiu-se, a partir disto, uma missão da salvação, baseada em uma autoexposição espontânea, no contínuo monitoramento da mente e do corpo que não se restringia apenas a si, mas também aos que pertenciam ao mesmo círculo social. A única maneira de redenção seria por meio do confessor, do arrependimento e, concomitantemente, de uma ligação visceral de dependência para com as palavras de iluminação da Igreja sobre o caminho correto a seguir. Por mais que as indulgências tenham sido anuladas nas práticas eclesásticas, o poder subjetivo conquistado teve um valor muito mais elevado.

Desta forma, o saber sobre a sexualidade não foi condenado ao mutismo, muito pelo contrário, o tema foi sistematicamente posto em evidência, porém condicionado por um discurso cuidadosamente analítico, lastreado no controle das ações e mentalidades, através do qual se esperava efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de reorientação, de modificação sobre o próprio desejo (FOUCAULT, 1999, p. 25), pois constranger apenas o agir não era suficiente, era preciso castrar os impulsos mais naturais e primordiais da natureza humana. Incorre disto um estado da mais pura neurose coletiva e de uma profunda contradição entre pulsão e o anteparo social normativo, a ideologia comportamental estipulada como correta, neste caso reforçada pela ideia do divino e do inevitável estado de castigo perpétuo ao qual se seria submetido caso a norma não fosse seguida.

Se, no entanto, nos séculos XVI e XVII a abordagem institucional da sexualidade se dá sobre bases puramente morais, na virada para o XVIII surge uma alteração qualitativa, quando o sexo passa a ser visto por um prisma racional, através de estudos técnicos da teoria econômica, política, jurídica e biológica, na tentativa de conferir à normatividade uma sustentação científica. Trata-se da apropriação do sexo como questão de polícia por parte do Estado como forma de controle do seu projeto de promover uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora.

Com o surgimento dos estudos de demografia neste período, toda uma miríade de novas percepções econômicas era possível acerca da população, como renda per capita, riqueza, disponibilidade de mão-de-obra, natalidade, expectativa de vida, taxa de mortalidade, condições sanitárias, proliferação de doenças, dentre outras, em sua grande parte relacionadas com o sexo, uma vez que, especialmente à época, com Estados modernos ainda em estruturação e expansão, ser populosos era essencial àqueles que pretendiam concretizar um projeto de riqueza e poder. Nas palavras de Foucault:

É a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamentos e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo. Passa-se das lamentações rituais sobre a libertinagem estéril dos ricos, dos celibatários e dos libertinos, para um discurso onde a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção; passa-se das teses maciçamente populacionistas da época mercantilista, às tentativas de regulação mais finas e bem calculadas, que oscilarão, segundo os objetivos e as urgências, em direção natalista ou antinatalista. Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. (FOUCAULT, 1999, p. 28)

Nesta época, proliferam-se, pois, as áreas de estudo sobre a conduta e a sexualidade humanas. A psiquiatria, especialmente, é encarregada de traçar toda uma teia de distúrbios, um cosmos esquematizado de perversões das condutas sexuais que instaura um processo de psiquitrialização do sexo e medicalização dos discursos. Sob o aval das instituições autorizadas pela chancela da “neutralidade científica”, as práticas sexuais tidas como “aberrantes” são enquadradas como patologias, o que resulta na interdição de todo e qualquer desvio da “normalidade”, mesmo nas mais sutis condutas, como um necessário avanço das fronteiras da saúde no corpo social.

O mesmo acontece no âmbito do Direito, onde a patologização da sexualidade acompanha igualmente sua judicialização. Para tanto, são criadas condições para o aprimoramento de uma justiça penal severamente restritiva, ocupada da corrupção dos pudores, dos pequenos ultrajes e que institucionaliza as intervenções e internações compulsórias, terapias corretivas e reclusão.

Juntos, estes dois elementos, orquestrados sob a égide do Estado, desenvolvem toda uma genealogia das condutas sexuais desviantes, consideradas perversas e ameaçadoras ao bem estar social. Nas mínimas fantasias e transbordamentos de um estilo de vida regrado e laborioso, mais uma vez, coloca-se em recorrência o discurso do risco, do perigo e, portanto, a necessidade da vigilância, do diagnóstico e da culpabilidade conspícua dos indivíduos. O cosmos medicalizado instaura uma regularidade

comportamental que cobre da infância à velhice, por meio das normas jurídicas, dos discursos, da separação entre meninos e meninas, da atenção especial quanto à sexualidade infantil e juvenil; tudo para que, desde o início da vida, o indivíduo seja mantido na atmosfera de transgressão ao seu eu. No geral, trata-se de uma política dos corpos que nega os prazeres paralelos, o desfrute da liberdade e da descoberta, o que, em última instância, como discutir-se-á na próxima seção, extingue as índoles revolucionárias e produz indivíduos conservadores e submissos à ordem imposta. Toda essa genealogia, circunscrita a um encadeamento complexo de estruturas que se apropriam implícita e explicitamente da consciência e do *modus operandi* social, dão corpo e forma ao que Foucault chamou “dispositivo de sexualidade”:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1999, p. 244).

Como resultado, tem-se, além da recodificação dos prazeres relegados a um conjunto de normas comportamentais altamente normativas e restritivas que se reproduzem no espaço público por meio da instrumentalização do dispositivo de sexualidade, a formação de novas identidades sexuais psiquiatrizadas, consideradas aberrantes, identificadas como a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano e o adulto perverso (Foucault, 1976, p. 159-160) – representações sociais explícitas dos alvos do arcabouço repressivo do Estado e de um novo espírito coletivo altamente conservador e reacionário. Foi esse o processo de refluxo das compreensões do corpo e da mente, do indivíduo marcado por uma construção identitária que escondeu e demonizou o sexo infantil como um mal a ser suprimido, posicionou o sexo como uma fonte hereditária da degeneração e que, gradualmente, passou a demonstrar flexibilidade e tolerância das normas sobre certas instâncias dos desvios heterossexuais (adultério, sodomia, sadismo etc) para concentrar forças na repressão nas sexualidades plurais, que passaram a ser rotuladas como fonte de toda a “deterioração social”.

O corpo passa a ser campo de contínua disputa sociopolítica, pois deixa de ser de propriedade exclusivamente individual, para exercer uma função social mais ampla, na qual precisa corresponder a certos padrões comportamentais, para os quais, no entanto, é necessário também fixar estruturas de operação do pensamento. Esta dinâmica moderna de intrusão sobre a esfera particular do indivíduo caracteriza uma nova forma de exercício do poder, intitulada na teoria foucaultiana como “biopoder”. Nesta nova configuração, o poder adquire uma dupla dimensão: a) anatômica, quando o corpo disciplinado, após intenso adestramento ideológico, toma posse, por meio da docilidade inteiramente submissa que a carga restritiva do meio induz, da máxima utilidade da transferência das energias e pulsões para o labor produtivo, tornando-se parte integrante da máquina econômica; e b) biológica, com o corpo visto como suporte orgânico de processos biológicos múltiplos (natalidade, mortalidade, longevidade, reprodução etc) passíveis de regulação, da intervenção terapêutica e do remodelamento de uma “biopolítica” em formação.

Desta forma, pelo processo histórico de institucionalização da repressão das condutas sexuais, cria-se uma nova forma de execução do poder, capaz de induzir o indivíduo a um processo de profunda contradição que, não somente altera seu padrão

de comportamento, como ainda reformula as bases de sua percepção por meio do medo do desvio. Instaure-se uma atmosfera de tensão perpétua que não se resume à vigilância coletiva, mas à sua introjeção pelo próprio indivíduo, sendo ele mesmo um componente do panóptico repressivo. Com isto, cria-se um mecanismo psíquico que se autorreproduz, fortalece e expande, que altera a forma de desenvolvimento da psique de modo a produzir uma massa coletiva acrítica e profundamente predisposta ao reacionarismo autoritário. A próxima seção é dedicada a estudar mais profundamente estes fatores, ligados ao contexto alemão pós-primeira guerra e à forma como foram angariados a fim de edificar o projeto eugenista ariano.

A construção psicológica nazista

Conforme analisado na primeira seção, tanto a visão tradicional das Relações Internacionais, quanto a interpretação mecanicista do arcabouço marxista são demasiados limitados para interpretar o soerguimento do movimento nazista por negligenciarem as atribuições menos visíveis do aparato psicológico na predileção do agir. Considerar a força intersubjetiva social, em outras palavras, a ideologia, como um elemento dependente e diretamente condicionado pela estrutura material, seria negar sua força histórica como uma vida psíquica interior que, não obstante, exerce profundas influências na atuação sociopolítica dos indivíduos. Bastasse a conjuntura político-econômica, muitos outros nazismos teriam surgido. Assim sendo, tanto o pensamento das Relações Internacionais, quanto o marxismo não são capazes de explicar sozinhos a clivagem da sociedade germânica, a partir da qual, assolada pela crise de 1929 responsável por taxas de desemprego próximas aos 40 % em vez de se voltar a um movimento progressista focado em questões de distribuição de renda e progresso social, fomentou-se o apoio em massa a um movimento eugenista e autoritário de extrema direita.

A ideologia possui uma dupla função: primeiro, a de refletir o processo econômico da sociedade, a forma como as ideias se materializam em uma organização centrada nas estruturas de valor; e a segunda e mais importante, de inserir esta mesma organização nas estruturas psíquicas dos indivíduos, fazendo com que a ela se adequem. Isto permite uma atuação sociopolítica profundamente contraditória, uma vez que, embora a situação material indique uma via lógica de atuação, a ideologia a subverte e toma o controle da ação como uma força ativa, direcionada pelos valores coletivamente instaurados e aceitos. Assim sendo, a ideologia representa o status quo das relações produtivas, introjetando-se em modelos mentais compartilhados, que têm por função manter as massas operando na lógica do sistema social. Mas isso só pode se dar de maneira eficiente quando implementado nas escalas mais primárias do funcionamento da mente, para que se extirpem todas as possibilidades de contravenção – e, aqui, a sexualidade adquire uma função primordial.

Primeiro, é necessário estabelecer os elementos psicanalíticos fornecidos pela teoria freudiana que embasam a ótica deste artigo: embora sejamos seres dotados de racionalidade, o funcionamento da mente humana está muito mais calcado em esferas subjetivas de operação, baseadas em uma estrutura tríplice expressa por ID (impulsos), Superego (moralidade) e Ego (racionalidade) – este último com uma força, embora expressiva, de muito menor proporção do que aqueles. Além disto, Freud ainda nos proporciona em seus estudos lições valiosas: **1.** A criança já possui uma sexualidade ativa, embora haja distinção entre a relação sexual com fins reprodutivos

e a sexualidade em si; 2. A sexualidade infantil é comumente reprimida pelo medo do castigo imposto a atos e pensamentos de cunho sexual. A sexualidade da criança é repreendida e apagada da memória, mas não deixa de exercer sua força, podendo manifestar-se posteriormente na forma de perturbações patológicas da mente; 3. Como já dito, o código moral não é atribuição divina com validade universal, mas uma educação provida pelos pais na tenra infância. O conflito primeiramente travado entre a sexualidade infantil e a restrição imposta pelos pais, mais tarde transforma-se em conflito interno entre impulso e moralidade, que repercute ativamente no comportamento sociopolítico do indivíduo.

Mas afinal, por que a repressão com tamanho enfoque nas sexualidades? Foucault já nos apresentou uma justificativa coerente, relacionada à enunciação do discurso sobre a sexualidade, o estado de contínua vigilância, a medicalidade e a neurose que se instala ao redor do tema. Apesar da veracidade de sua interpretação, ainda falta a ele o estudo da esfera psíquica, muito caro ao funcionamento correto destas instituições, e sobre a qual, mesmo imperceptivelmente, elas operam. Pois, repreender esta pulsão tão primordial do ser, logo a partir da infância, opera de modo a tornar a criança

medrosa, tímida, submissa, obediente, “boa” e “dócil”, no sentido autoritário das palavras. Ela tem um efeito de paralisação sobre as forças de rebelião do homem, porque qualquer impulso vital é associado ao medo; e como o sexo é um assunto proibido, há uma paralisação geral do pensamento e do espírito crítico (REICH, 1988, p. 45).

Sem condições interpretativas, conhecimento ou maturidade emocional desenvolvida, a criança introjeta as limitações que lhe são impostas, como pilares do seu Superego em formação, e passa a reproduzi-las inconscientemente ao longo da vida, uma verdadeira prisão psicológica inserida pela instituição familiar autoritária – que, no entanto, se mantém estável à medida que é diariamente normatizada e engendrada como modelo padrão de operação social. A submissão, o respeito à autoridade e à hierarquia, o não questionamento e a utilização da força, quando dela se dispõe, como meio de satisfação de objetivos, tornam-se elementos tidos como essenciais (e corretos) ao *modus operandi* vigente. Forma-se uma moralidade que comumente cai em contradição, mas que devido a estes elementos, tende majoritariamente à defesa reacionária e irracional do hábito, que é capaz de se perpetuar e manter ativo, e que não é facilmente desconstruído pela lógica, pois cria uma lógica própria de interação com o mundo que apoia todo aparato emocional e subjetivo do indivíduo.

Mas este molde que se cria da formação da estrutura psíquica necessita de uma proximidade, que foge às capacidades da Igreja e do Estado. Assim, esta função é assumida primordialmente pela família autoritária, cujo papel é negligenciado por Foucault, mas ressuscitado pelos estudos de Reich. Tida pela criança com confiança inabalável, a família representa a célula core na qual ocorrem os primeiros contatos com o mundo, sendo constituídos os prismas por meio dos quais deve-se absorvê-lo e interpretá-lo. Mas aqui também repousam as primeiras imposições repressivas, que constroem, vigiam, negam a sexualidade infantil e repreendem qualquer atitude que faça menção a ela. Em outras palavras, a família atua como unidade reprodutora, em menor escala, do autoritarismo do Estado e, em menor escala ainda, da Igreja; uma célula fruto das influências de uma estrutura mais ampla, macrocósmica, mas que

também as reproduz em um microcosmo, gerando um processo de retroalimentação de um dado padrão da atmosfera psíquica. Especialmente no caso nazista,

o objetivo da moralidade é a criação do indivíduo submisso que se adapta à ordem autoritária, apesar do sofrimento e da humilhação. Assim, a família é o Estado autoritário em miniatura, ao qual a criança deve aprender a se adaptar, como uma preparação para o ajustamento geral que será exigido dela mais tarde. *A estrutura autoritária do homem é basicamente produzida — é necessário ter isto em mente — através da fixação das inibições e medos sexuais na substância viva dos impulsos sexuais* (REICH, 1988, p. 45, grifos do autor)

Isto porque, segundo Reich, a privação das necessidades materiais e sexuais possui efeitos distintos. Enquanto a primeira leva à revolta, a segunda silencia as duas formas de rebelião, tornando as inibições uma força de cunho moral que passa a atuar continuamente nas esferas inconscientes. Disso resulta a prioridade no discurso nazista de manter “as tradições familiares, os valores, a integridade da família e dos bons costumes”. Se, por um lado, essa oratória parece convidativa, por outro, ela procura manter as relações repressivas e de profunda privação da liberdade individual, do pensamento crítico e da livre expressão de ideias, de modo que todos os que se opõem automaticamente tornam-se inimigos públicos, pois suscitam a possibilidade de contravenção.

Os preconceitos, os paradoxos e contradições das ações do indivíduo comum nazista foram fruto da conjunção desses fatores e das estruturas psicológicas descritas, da atuação da família na introjeção da repressão e dos ideais do Terceiro Reich, da fragmentação das pulsões revolucionárias e sua relação subjetiva direta com o medo da punição. O discurso fascista correspondeu às necessidades psicológicas de uma estrutura que dispunha muitos Hitleres. Vendiam-se sonhos e esperanças de um futuro próspero, o confronto à humilhação imposta por Versalhes e a reunificação alemã, incluindo os germânicos que habitavam o território polonês, tchecoslovaco e austríaco. Aliada a isso, estava a necessidade de descarregar, de forma legitimada, os impulsos revolucionários contidos em alvos que foram, beneficentemente aos interesses do novo governo, responsabilizados por todas as insatisfações do povo alemão. Foram eles judeus, negros, ciganos, e, num primeiro momento, especialmente homossexuais, pois serviram de bodes expiatórios às necessidades psicológicas do povo alemão de desencadear, por meio da violência, suas pulsões reprimidas.

A distinção das funções sociais entre homens e mulheres descende dos estudos biológicos e antropológicos iluministas, responsáveis por estabelecer um sistema de binarismos que delegou às mulheres o papel de cuidadoras, frágeis, submissas, relegadas à esfera privada e, na sociedade alemã, procriadoras, por meio do culto à maternidade para geração de soldados. Ao mesmo tempo, reservou aos homens o papel de exímios articuladores da esfera pública, fortes, altivos, pensadores audazes e racionais; marcas que se engendraram como os sinônimos imediatos da masculinidade.

No projeto de nação ariana, cabia ao gênero masculino corresponder religiosamente a cada uma dessas atribuições, fazer jus à imagem viril do homem germânico superior, altamente disciplinado – e autoritário, como lhe era inserido na formação psicológica desde a tenra infância. Era óbvio ao projeto de superação da humilhação de Versalhes, a reformulação das forças armadas e a imposição étnica a inevitabilidade

do conflito direto com outras nações. Acontece que qualquer sinalização de fraquezas, fragilidade emocional, delicadeza e/ou cuidado excessivo eram logos ridicularizados e comparados ao “feminino”. Portanto, além da docilização, da submissão, da obediência e da paralisação do pensamento e do espírito crítico que resultam da repressão sexual na tenra infância, a sociedade, por meio da família, articulada pelo Estado e pela Igreja, impunha uma moldura estética e performativa da única via aceitável como Ideal de homem da sociedade que se construía.

Em busca de aceitação, a criança se digladiava em contínua contradição entre pulsões primárias e as restrições morais do meio. A resultante observável é uma atmosfera de neurose e medo, dominada pela necessidade de “se provar”, agir como o modelo que exala masculinidade e que corresponde às expectativas sociais. O mínimo gesto de delicadeza seria uma afronta à sua identidade, e transitar para os atributos que pertencem “naturalmente” ao feminino, um ultraje e ofensa ao homem e sua função social. Para não correr este risco, o Estado alemão recorre à “disciplina”, ou seja, a repressão das pulsões mais elementares, a formação do indivíduo condescendente, adequado psicologicamente e ideologicamente com a hierarquia, com o uso da força e, no fundo, sexualmente sedento. Não por acaso as propagandas de guerra sempre exibiam a visão de mulheres exóticas advindas das terras a serem conquistadas, para atrair a cobiça sexual de homens que estiveram durante toda sua vida privados de qualquer liberdade real, inseridos em uma moralidade estética altamente restritiva e punitiva.

Deste modo, as barreiras impostas desde o início da formação psicológica introjetam-se e germinam no campo inconsciente do aparato psíquico, de forma que o indivíduo assume um comportamento impulsivamente reacionário e violento contra tudo que seja tentação ao desvio. Assim como um animal acuado reage às forças que se impõem contra sua existência, o indivíduo, e o grupo social como um todo, quando posto em situação que identifica como ameaça, transfigura-se em violência como forma tanto de defesa quanto de acobertar suas fragilidades. No indivíduo reprimido, há ainda mais um nível de imersão, pois a contradição entre as pulsões inerentes e o anteparo normativo do meio cria uma tensão existencial perpetuamente ligada à sensação de ameaça. A mínima ruptura com os arcabouços ideológicos e comportamentais impostos para reger sua existência simboliza um passo intransponível contra tudo aquilo que estrutura sua psiquê, quase um suicídio psíquico. Portanto, todos os elementos que contradizem tal estrutura, todas as expressões de liberdade e gozo das pulsões e não submissão ao sistema, são alvo das forças de violência, da verbal à física, em diferentes graus, a depender da conjuntura e contexto, mas sempre lideradas por uma força destrutiva que também é fruto do desejo. Por esta razão, antes dos judeus, os primeiros a serem sistematicamente perseguidos pelo governo nazista foram os homossexuais.

No início do século XX, apesar da ampla medicalidade das condutas sexuais, Berlim apresentava um badalado point de encontro e produção da cultura e estilo de vida homossexual que atraía artistas e figuras intelectuais, além de contar com uma produção editorial dedicada exclusivamente ao público LGBT². No chamado “distrito gay”, bares, restaurante e boates eram frequentados por homens e mulheres que desafiavam todos os padrões comportamentais e estéticos, com composições de maquiagem, roupas e estilos de cabelo andrógenos que tornavam difícil a identificação dos gêneros. A Alemanha foi o país que deu lugar ao primeiro filme de temática LGBT, *Anders als*

² Apesar de não existir à época, o termo é aqui empregado por questão de conveniência.

die Andern” (Diferente dos Outros), foi palco de um Comitê Científico-Humanitário (*Wissenschaftlich-Humanitäres Komitee, WhK*) focado nos direitos das sexualidades plurais e do Instituto para o Estudo da Sexualidade (*Institut für Sexualwissenschaft*), internacionalmente famoso pela extensão de sua biblioteca, com mais de 12 mil livros, e pelas pesquisas científicas originais e inovadoras.

A perseguição que teve início com o novo projeto alemão, após a ascensão nacional-socialista, não precisou de grandes esforços para encontrar legitimidade legal. Já existia, na carta constitucional de 1871, uma lei que atestava contra as práticas homoafetivas, conhecida como Parágrafo 175, que declarava: “Um homem que cometa atos indecentes e lascivos com outro homem, ou se permita ser abusado por atos indecentes e lascivos, deve ser punido com prisão” (Ministério do Interior do Reich, Reichsgesetzblatt, Parte I, 1935).

Poucos meses depois que Hitler assumiu o posto de chanceler, organizações que lutavam pelos direitos LGBT foram fechadas e seus defensores caçados, batidas em casas e empresas tornaram-se constantes, bares fechados e o Instituto para Estudo da Sexualidade invadido e destruído, com a queima de todos os livros. Além disso, o primeiro campo de concentração foi criado, em Dachau, destinado à prisão dos inimigos do Estado e “raças inferiores”, majoritariamente homens gays.

O cerne do argumento nazista para sustentar tal perseguição, possui dupla dimensão, estético-normativa e demográfico-estratégica, expressa no posicionamento que fizeram acerca dos homossexuais, em 1928:

Não é necessário que você ou eu vivamos, mas é preciso que o povo alemão viva. E ele só pode viver se puder lutar. Viver significa lutar. E ele só pode lutar se mantiver sua masculinidade. Ele só pode manter a sua masculinidade se exercitar a disciplina, em especial em questão ao amor. Amor livre e desvio são indisciplinados. Portanto, nós os rejeitamos, assim como rejeitamos qualquer coisa que fira a nossa nação. Qualquer um que pense em amor homossexual é nosso inimigo. Rejeitamos qualquer coisa que enfraqueça nosso povo e o transforme em brinquedo para nossos inimigos, pois sabemos que a vida é uma luta e que é loucura pensar que homens um dia se abraçarão fraternalmente. A história natural nos ensina o oposto. O poder faz o certo. O forte sempre vencerá o fraco. Vamos cuidar para que voltemos a ser fortes! [...]. (SETTERINGTON, 2017, p. 23-24).

Já foi discutido aqui o revestimento moral que encobre a repressão. Via de regra, a moralidade deve operar em conformidade com o *modus operandi* social. De forma normativa, o discurso sobre a continuidade do povo alemão nada mais é do que a tentativa institucionalizada do Estado de utilizá-la para estimular a autorrepreensão em nome de uma causa maior, que deveria abarcar o “espírito alemão e o projeto ariano” – ainda que este custasse a própria liberdade.

A segunda dimensão do argumento está ligada ao fato de que, para soerguer uma nação, um contingente significativo de soldados é fundamental – especialmente quando já está prevista a presença, cedo ou tarde, de largos conflitos. Ser homossexual incorria na não capacidade de reprodução, e o “amor livre e indisciplinado”, quando não repreendido, permitia que mais homens se assumissem homossexuais e exercessem suas práticas, o que significava menos bebês e, conseqüentemente, menos homens nas linhas alemãs. Em última instância, a baixa natalidade enfraqueceria

quaisquer grandes pretensões germânicas sobre o continente. Portanto, o homem alemão heterossexual estava condicionado a uma rígida disciplina que lhe trazia a carência de suas necessidades, enquanto o homossexual sentia na pele o cruel entrelaçamento de repressões, no sentido foucaultiano, pressionado em direção ao mutismo e à existência clandestina, às sombras da sociedade.

A situação mudou drasticamente após 1938, quando o Parágrafo 175 foi reformulado e permitiu a detenção direta nos campos de concentração. A lei tornou-se tão aberta e imprecisa que pôde facilmente ser manipulada como instrumento de perseguição política aos opositores do regime e inimigos pessoais do alto comando militar. Vizinhos e parentes passaram a se vigiar continuamente, acusações falsas tornaram-se frequentes e não mais era necessário um precedente factual para que homens fossem levados e torturados para revelar o nome de outros homossexuais, e enviados diretamente para campos de concentração. Membros da Igreja, e até mesmo aqueles das forças armadas que não eram totalmente alinhados, tinham seus nomes denunciados, mesmo sendo heterossexuais, pois a possibilidade de homossexualidade servia, na atmosfera de medo e neurose que se formou, como razão suficiente para a reclusão forçada.

Nos campos, os homossexuais recebiam um uniforme que os destacava, com um triângulo rosa invertido costurado no lado esquerdo do peito, identificando-os automaticamente como “bichas sujas”. Eram enviados para trabalhar nas pedreiras, em condições perigosas e insalubres, das quais poucos retornavam. Além disso, foram utilizados como cobaias em experimentos humanos, e como entretenimento para guardas, quando eram devorados por cães, enquanto todos os demais eram forçados a assistir. O amigo mais próximo do próprio Hitler era publicamente assumido homossexual, e fora executado sem a menor clemência. O oficial Ernst Röhm foi um fiel defensor de sua causa, e primeiro líder da SA (*Sturmabteilung*, Seção Tempestade), uma força paramilitar formada por mercenários e arruaceiros responsável por perseguir os inimigos políticos do partido Nacional-Socialista e coibir atentados durante sua escalada de poder. Mas quando perdeu a utilidade, diante do preconceito de oficiais do exército alemão no processo em que este integrava a SA às suas linhas, Röhm e outros oficiais superiores foram mortos a mando de Hitler na chamada “Noite das facas longas”, em 1º de julho de 1934.

Além do artigo 175, outros instrumentos de perseguição foram utilizados, como a chamada “lista rosa”, uma relação de nomes criada desde o início do século, empregada pela polícia em todo o solo dominado pela Alemanha (Portanto, estendida aos países conquistados durante a guerra), com os suspeitos de práticas lascivas. Tais elementos demonstram o poder disruptivo desencadeado pelas esferas subjetivas, um efeito tão destrutivo da formação de massas acrílicas a partir da repressão sistemática e estratégica das pulsões, que gerou movimentos e formas de pensamento cujas resultantes ainda hoje são sentidas e desdobram-se em conflitos que atentam contra a condição humana e as liberdades individuais.

Considerações Finais

Por meio do estudo histórico, é possível enxergar, em primeiro lugar, as limitações da visão tradicional acerca do movimento nazista. Classificado como um dos mais sombrios momentos da história contemporânea, seu projeto eugenista, autori-

tário e genocida não pode ficar restrito somente a explicações político-econômicas. Para tomar consciência das diversas forças em jogo, é preciso ir além, em um esforço interseccional e interdisciplinar, no sentido de buscar compreender também os efeitos sociais, o impacto da ideologia e as motivações subjetivas como forças históricas combinadas, capazes de realizar articulações próprias, sem as quais o movimento não teria alcançado as mesmas proporções.

Isso se deve a um movimento triplo, representado pela enunciação e produção eclesiástica e estatal da sexualidade, ligando-a à corrupção da carne e à infração do comprometimento com as forças espirituais por parte daquela, trazendo uma base pseudocientífica e patologizante, com o objetivo de classificar comportamentos sexuais “dissidentes” como perversões em relação às normas sancionadas pelas autoridades médicas e legais competentes. Mas nenhum deles teria alcançado tamanha eficiência não fosse a anuência do papel desempenhado pela família – célula core de atuação recíproca, que tanto é influenciada, quanto emprega os valores restritivos e normativos do *modus operandi* social pelas vias da repressão. O resultado é uma profunda contradição entre pulsão e moralidade, que castra a natureza do indivíduo por meio de uma vigilância introjetada que o torna profundamente submisso, acrítico e contrarrevolucionário, pois qualquer conduta ligada ao desvio lhe desperta os impulsos mais destrutivos, devido à perpétua frustração.

Portanto, a reflexão em torno de análises que buscam compreender os modos de operação do nazismo tem imenso valor tanto para elucidar mais profundamente as causas e consequências de seu enorme impacto cultural, social e político, quanto para analisar suas eventuais semelhanças com fenômenos presentes e por vir, uma vez que a disputa dos corpos como campo político tem encontrado um crescimento ascendente em um cenário internacional cada dia mais polarizado, no qual discursos conservadores são ressuscitados para combater movimentos emancipatórios que buscam uma liberdade plena dos indivíduos e a conquista do espaço público. Isso demanda um esforço conjugado no sentido de monitorar suas projeções futuras, tendo por base uma compreensão mais adequada dos aspectos psíquicos que influenciam e, ao mesmo tempo, são influenciados pelos movimentos sociais, diante do alerta do surgimento de grupos e alianças movidos por aspirações semelhantes às do “mito nazista”.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. (1965-1966) Educação após Auschwitz. In: *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 119-154, 1995.

ADORNO. A personalidade autoritária: Estudos frankfurtianos sobre o fascismo. São Paulo: *Revista Sociologia em Rede*, v. 2, n. 2, 2012.

ADORNO. *Arte sob coerção: Moralismo privado no espaço público*. São Paulo: Cult, v. 20, dez. 2017.

FOUCAULT, M. *A história da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREUD, S. *Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ADORNO. *Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos*. São Paulo: Companhia

das Letras, 2011.

LACQUE-LABARTHE, P; NANCY, J. *O mito nazista*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

MISKOLCI, R. *O corte da sexualidade: A emergência do dispositivo de sexualidade no Brasil*. Estudos de Sociologia. Araraquara, Dep. Sociologia/Pós-Graduação em Sociologia, 2005.

NYE, J. *Cooperação e conflito nas relações internacionais: Uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial*. São Paulo: Editora Gente, 2009.

SETTERINGTON, K. *Marcados pelo triângulo rosa*. São Paulo: Melhoramentos, 2017.

WILHELM, R. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.